

II Encontro Estados Gerais da Psicanálise

Tema 1: Psicanálise, Política e Estado

Vera Vital Brasil

Trajetórias múltiplas de um pensar psicanalítico: rompendo com as polarizações e naturalizações, construindo novos paradigmas.

Atravessados pelas discussões trazidas pela chamada obra social de Freud, pela de Lacan, pela de Ferenczi, dentre outros, numa interlocução com autores que habitam domínios disciplinares como a Antropologia, a História, a Física, a Biologia, a Filosofia, a Ética, os autores dos textos aqui apresentados percorrem múltiplos caminhos, construindo trajetórias de investigação da produção da subjetividade na relação com o Estado. Relação em que se evidencia a dimensão da violência, da insegurança, da guerra - temas caros ao mundo contemporâneo - em que a política, a ética e a estética nos convocam a pensar o lugar da psicanálise hoje e nossa formação.

Linhas de pensamento que num movimento transdisciplinar buscam um ponto de contato, uma convivência, uma ligação, e mais, de forma disruptiva, buscam um **entre**, uma construção para além delas.

Na interseção com a História, uma abordagem do movimento psicanalítico no Brasil nos anos 60 a 80 destaca os efeitos dos compromissos políticos da prática psicanalítica com o poder do Estado, naquele momento sob uma ditadura militar. Foi, desta maneira, a prática psicanalítica experimentada como *“uma ciência e uma prática desprovidas de comprometimentos políticos e sociais e marcada por regras de formação e credenciamento que supostamente garantiriam o desenvolvimento do verdadeiro saber freudiano”*. Na busca de sua institucionalização visando, antes de tudo, seu reconhecimento social, a psicanálise articulou-se com o saber psiquiátrico numa relação de silenciamento teórico e ético, buscando constituir-se em algo *“limpo, seguro e domesticado”*. Na prática, a crença da neutralidade e do cientificismo: *“o projeto psicanalítico deveria estar enlaçado à perda dos traços locais e ao desligamento dos acontecimentos no campo social”*. Na prática, o distanciamento, a impermeabilidade aos temas nacionais, o repúdio de suas lideranças à participação política. Capturadas pela estratégia de encobrimento, estas práticas foram destituídas de seu poder de questionamento, de sua potência subversiva. Evitando a análise das implicações, reproduziram o assujeitamento, através das rígidas hierarquizações, imposto pelo terrorismo de Estado. Como caso exemplar deste compromisso da psicanálise com as políticas de Estado, como efeito das produções e reproduções institucionais, destaca-se o de Amílcar Lobo, psicanalista que colaborou ativamente com a repressão da ditadura, participando de sessões de tortura dirigidas a opositores do regime militar, com a convivência de sociedades psicanalíticas. Aparentemente distanciados no tempo, entretanto, os efeitos de estas dissociações se prolongam aos dias atuais, ao separar *“cena clínica”* de *“cena política”*.

Num outro movimento, ocupando uma outra linha, indagações sobre a “inscrição ou inscrição” da “letra”, referida como constituinte primária *“da subjetividade do ser de linguagem que somos nós”*, de seu legado, de sua herança, indagações acerca da *“origem das marcas”* que fixam os acontecimentos do passado projetando-os na dimensão do tempo. Num diálogo com a antropologia, a aproximação associativa pai-Estado, a noção de herança transita no tempo pelas comunidades arquetípicas igualitárias, primevas, estabelecendo relações (da mesma forma hierarquizada) com as que se seguiram e que se organizaram de forma hierarquizada. É apontada a inscrição da letra, da lei, no corpo - lugar privilegiado na demonstração e revelação do poder - lugar das marcas deixadas pela ação disciplinar e condição de inserção na comunidade. Na política de inserção em sociedade se evidencia a prática da dominação através das marcas corporais nas sociedades primevas e na atualidade através da legalidade jurídica.

Derivando-se desta, na linha dos excessos e violações à lei, uma preocupação com a origem da criminalidade produz uma discutível afirmação sobre sua *“gênese psicológica”*, radicalizando: *“a gênese do crime, em seu sentido amplo, só pode ser localizável dentro de aspectos essencialmente psicológicos e afetivos”*. Uma perspectiva de ampliação projetiva da função paterna ao Estado conduz o pensamento a exigir um maior controle através de leis, normativas e punições. Poder-se-ia inferir desta afirmação a exigência de um maior endurecimento e rigor das penas como uma solução para o problema da “anomia” apontada. Aqui, ao se demandar ordem para o suposto “progresso”, considerando os países de *“primeiro mundo”* como desenvolvidos o suficiente para assegurar condições plenas de cidadania, porém vulneráveis à criminalidade, afirma-se mais uma vez a gênese “psicológica” da criminalidade, abstendo-se de analisar as implicações de sua prática na relação com o Estado, de uma certa re-produção de subjetividade hegemônica.

Ao sermos provocados pelo cenário internacional de guerra e destruição, a discussão da intensificação da violência através das práticas de militarização e da guerra impõe-se: investiga-se na obra de Freud a dimensão da vida e da morte, das variações da expressão da agressividade humana em sua forma produtiva e destrutiva, afirmando-se que: *“apenas a aversão estética e ética é capaz de minorar a experiência da barbárie no plano político”* e que o antídoto contra o traço destrutivo é: *“manter a chama do desejo de construir a vida permanente e infinitamente acesa”*. Aqui, o conceito de resistência ganha outro contorno; na sua positivação como oposição às forças que entravam a liberdade, afirma-se em sua possibilidade de re-existir, de construir a vida de uma outra maneira, de arriscar-se à criação.

Mais além, numa investigação sobre a experiência clínica junto a setores de baixa renda se evidencia a problematização da posição de classe social, hierarquicamente superior, e do enfrentamento para o desmonte da experiência da violência naturalizada e apresentada de forma generalizada nas relações. *“Considerar que a violência se encontra em todos os grupos culturais, em todos os tempos, reeditada por uma gama de expressões, justificar que seja inerente à natureza humana, não oferece dados suficientes além da conformação estática.”* Examinando em que processos de subjetivação se dá a violência e como a psicanálise, como técnica moderna de produção de subjetividade, pode atuar, aponta-se: *“a violência quer seja vista atrelada às motivações inconscientes ou estimulada por uma ausência da lei, aparecendo sob a forma física ou simbólica, com motivações sociais, políticas ou econômicas, vai tomando uma força de poder que define um discurso no grupo social, tal qual outros poderes estabelecidos por outras instituições e vai sendo apropriada pela mídia que, num movimento retroalimentador reforça seu poder.”* Tomando como ferramenta a perspectiva da investigação genealógica de Foucault, buscando fissuras, brechas, a intervenção clínica de desmonte da naturalização da violência pode ser experimentada.

No ponto de contato com perspectiva genealógica, a análise do pensamento da **insegurança**, expressão faltosa da **segurança** “*que designa o conjunto de princípios básicos em que se fundamenta a política de Estado para a segurança pública*” - hoje uma dimensão marcante e predominante nas relações – aponta-se seu vínculo com a produção do Estado. Constituídas como um duplo positivo-negativo, “*...segurança e insegurança constituem um par binário que afeta todas as fronteiras entre o público e o privado para diluí-las ou remarcá-las.*” Pesquisando sua proveniência nos escritos sobre a política de Estado, destacando seu efeito de produção de subjetividade, a noção de segurança é criada para garantir a implantação da nova ordem econômico-político-social que se instituiu no séc. XVIII: “*era necessário não só regular a produção crescente, mas tornar as suas conseqüências seguras.*” “*a disciplina quer produzir a ordem e a segurança quer regular a desordem, fatalmente provocada pelos sistemas de produção capitalista próprios do mundo liberal*”. Diferenciando a insegurança do medo - considerado um dos sentimentos mais próprios da natureza humana – aponta que o uso indiscriminado destes dois termos poderia contribuir para despolitizar ou psicologizar sua dimensão subjetiva produtiva. São destacadas algumas modulações com que a experiência da insegurança se apresenta no cenário clínico acompanhada da interrogação se a “neurose do sujeito político” tomado pela fobia de apresentar-se em público seria uma produção da neutralização da vida política que hoje vivemos. A questão da insegurança se apresenta ainda como uma confessada falha pessoal, privada e, quando muito, pública em que se denuncia incapacidade do Estado de lidar com a violência. Medo-pânico e medo-terror manifestações extremas das grandes falhas de segurança individual e coletiva se diferenciam pela “racionalidade” da ameaça do terror, sustentada pelo pensamento de segurança. “*Ao longo do século XX, a segurança passou a ser apenas uma das funções do estado de direito democrático, para se tornar, em nossos dias, o princípio básico da função do Estado nação e a base em que se fundamenta a política global por parte dos poderes hegemônicos.*”“

Como mais um desafio na produção de novas subjetividades, num esforço de superação das dicotomias e dissociações que marcaram o pensamento psicanalítico, a idéia de “Novo corpo”. Através de uma leitura transdisciplinar que trabalha com vertentes da Neurociência, problematiza-se a noção de **pulsão** criada por Freud como conceito limítrofe entre o psíquico e o somático. Conceito que por força de um pensamento predominante da época da criação da psicanálise manteve a dicotomia entre corpo e mente e que favoreceu a existência de “*uma prática clínica que passou a privilegiar quase que exclusivamente o verbal*”. Na transversalidade das disciplinas se aponta o conceito corpomente, como planos em que a realidade se apresenta em sua forma multidimensional e em que se destaca a relação de imanência no encontro entre sujeito objeto, observador e observado. “*Sujeito e objeto são apenas um...esta barreira não existe*”. Outro conceito, o de “Matriz Viva”, apresenta-se como um outro dispositivo: rede contínua e dinâmica, intrincada, que se espalha por todo o corpo, e que afeta e se deixa afetar por todos os seus componentes, ausente de um ponto nodal, de um centro ou mesmo de uma unidade fundamental. Rede de comunicação e informação, em que a repercussão de uma vibração se propaga em seu conjunto, produzindo e reproduzindo fluxos vibratórios e sofrendo também bloqueios com conseqüências para todo o organismo. Assim, “*nosso corpomente capta outros tipos de ondas de frequências mais sutis...*” transmissão que se dá “*para além de nossas palavras como psicanalistas*”, transmissão do inconsciente, fluxo ativo que atravessa o conjunto das relações, e também a transmissão que se dá através “*de geração para geração, sem nunca terem sido simbolizadas e verbalizadas, permanecendo sempre inconscientes...*”. Assim, nossa existência como seres humanos, entendida sob a condição de **complexo vibratório macromicro**, rompe com as fronteiras entre o biológico e o psicológico, entre o material e o imaterial, entre o visível e o invisível, entre o somático e o psíquico, entre corpo e mente, entre clínica e política, dissociações resultantes de um pensamento marcado por uma produção histórica que, estrategicamente, separou estas indissociáveis dimensões.

Os autores dos trabalhos aqui mencionados são:

Facchinetti, Cristiana; da Ponte, Carlos Fidelis – “Da ‘profissão que não existe’ no Brasil

Fuks, Beth – “Guerra, morte e pacifismo na Psicanálise”

Guerra Filho, Willis Santiago – “A letra comemora um legado da lei”

Losicer, Eduardo – “Segurança?”

Pilla, Maria Lúcia- “Um novo corpo para a Psicanálise”

Rangel, Vilma - “Uma estética particular da Clínica”

Waltenberg, Wagner – “Uma contribuição da Psicanálise ao Direito”